

Procurador

Antes de iniciar a prova, leia as instruções:

1. Para fazer a prova, você recebeu:

- este caderno de prova;
- um cartão de respostas.

2. Confira:

- **no cartão de respostas:** nome, número e cargo, emprego ou função da sua inscrição.
- **no caderno de prova:** cargo, emprego ou função da sua inscrição e quantidade de questões.

Este caderno contém: 40 questões

Duração da prova: 3 horas

- Incluído o tempo para o preenchimento do cartão de respostas.
- Levar caderno: após 1 hora de prova.
- Por questões de segurança, o candidato que sair antes desse tempo devolverá ao fiscal da sala, além do cartão de respostas, o caderno de prova.

3. Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e se a sequência e a quantidade de questões estão corretas.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

4. **Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade! Não serão admitidas reclamações posteriores.**

5. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas relacionadas ao conteúdo aos fiscais.

6. Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova, tampouco empréstimo de materiais e comunicação entre os candidatos.

7. **O cartão de respostas é o único documento válido e utilizado para a correção da prova objetiva.** Preencha-o com cuidado, marcando apenas uma alternativa para cada questão.

8. Não rabisque, rasure, amasse ou dobre o cartão de respostas. É vedada a substituição do cartão de respostas decorrente de erro do candidato.

9. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de sala, aguardando autorização para entregar o material.

10. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas devidamente preenchido e assinado.

11. Os três últimos candidatos devem permanecer em sala a fim de acompanhar o fechamento do material.

Fraudar ou tentar fraudar concursos públicos é crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

Nome do Candidato:

Nº de Inscrição:

PORTUGUÊS | 10 QUESTÕES**Consequências do trabalho infantil**

As consequências do trabalho infantil na vida de crianças e adolescentes são inúmeras. Além de muitas vezes reproduzir o ciclo de pobreza da família, o trabalho infantil prejudica a aprendizagem da criança, quando não a tira da escola e a torna vulnerável em diversos aspectos, incluindo a saúde, a exposição à violência, o assédio sexual, os esforços físicos intensos, os acidentes com máquinas e animais no meio rural, entre outros.

A vivência plena da infância é essencial para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social das crianças, impactando diretamente na construção de uma vida adulta saudável. O que acontece nesta etapa do desenvolvimento pode gerar traumas irreversíveis.

Além de serem privadas de uma infância plena, com sonhos, brincadeiras e educação, as crianças que trabalham carregam graves consequências para a vida adulta, como impactos físicos, psicológicos e econômicos, além da perpetuação do ciclo da pobreza, repetido de geração a geração.

A criança e o adolescente que trabalham estão altamente expostos a situações de risco, acidentes e problemas de saúde relacionados ao trabalho. O cansaço, os distúrbios de sono, a irritabilidade, a alergia e os problemas respiratórios também estão na lista das consequências físicas do trabalho infantil, pois alguns deles exigem esforço físico extremo, como carregar objetos pesados ou adotar posições que prejudicam o crescimento, ocasionando lesões na coluna e produzindo deformidades.

Quando a criança é responsável por uma parte significativa da renda familiar, há uma inversão de papéis, o que pode dificultar a inserção dela em outros grupos sociais da mesma faixa etária, porque os assuntos e responsabilidades vão além da idade adequada. Outras consequências do trabalho infantil são os abusos físico, sexual e emocional sofridos por crianças e adolescentes que interferem não apenas na saúde, mas também no âmbito emocional, ocasionando o desenvolvimento de doenças psicológicas.

Os trabalhos que se enquadram na categoria de piores formas podem causar consequências ainda mais graves, no caso de trabalhos relacionados ao tráfico e exploração sexual, trazendo consequências negativas de ordem psicológica e de autoestima.

O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador aponta que quanto mais precoce é a entrada no mercado de trabalho, menor é a renda obtida ao longo da vida adulta. Esse sistema mantém os altos graus de desigualdade social.

O trabalho afeta a capacidade da criança para frequentar a escola e aprender, tirando dela a oportunidade de realizar plenamente seus direitos à educação, ao lazer e ao desenvolvimento. Uma vida saudável ajuda na transição para uma vida adulta bem-sucedida, com trabalho digno, após a conclusão da escolaridade.

Com poucas oportunidades de estudar, a criança que trabalha geralmente reproduz o perfil de outras gerações da família, que também trabalharam na infância. Sem a

conscientização e o direito a novas oportunidades, que deveria ser garantido por meio de políticas públicas, dificilmente as crianças com esse perfil conseguem romper o ciclo da pobreza e miséria de suas famílias.

(Fonte: Criança Livre de Trabalho Infantil — adaptado.)

1) De acordo com o texto, é possível inferir que existem aspectos negativos relacionados ao trabalho infantil e aspectos positivos quando a infância e a adolescência são preservadas. Esses aspectos são, respectivamente:

- a) Evasão escolar e problemas de saúde relacionados ao trabalho.
- b) Conclusão da escolaridade e desenvolvimento de doenças psicológicas.
- c) Trabalho digno e prejuízo na aprendizagem.
- d) Reprodução do ciclo de pobreza familiar e vida adulta bem-sucedida.

2) No trecho “Outras consequências do trabalho infantil são os abusos físico, sexual e emocional sofridos por crianças e adolescentes que interferem não apenas na saúde, mas também no âmbito emocional, ocasionando o desenvolvimento de doenças psicológicas.”, o termo sublinhado expressa a ideia de:

- a) Explicação.
- b) Alternância.
- c) Adição.
- d) Adversidade.

3) Observar as frases retiradas do texto: “[...] as crianças que trabalham carregam graves consequências para a vida adulta [...]” e “O cansaço, os distúrbios de sono, a irritabilidade, a alergia e os problemas respiratórios também estão na lista das consequências físicas do trabalho infantil, pois alguns deles exigem esforço físico extremo, como carregar objetos pesados [...]”. O verbo “carregar” expressa, respectivamente, os seguintes significados:

- a) Levar consigo | Transportar.
- b) Transportar | Levar consigo.
- c) Aumentar | Exagerar.
- d) Exagerar | Aumentar.

4) Em relação à concordância verbal, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Fomos nós que descobriu a verdade.
- b) Nesta rua, existe uma loja com a placa “Conserta-se bicicletas”.
- c) Cada um dos alunos ficará responsável por apresentar o trabalho em grupo.
- d) Tenho que ir embora, pois já deu quatro horas no relógio.

5) Dadas as frases abaixo, assinalar a alternativa CORRETA:

- I. Ela cheira à flor.
II. Ela cheira a flor.

- a) Em I, a crase está errada, pois é proibida.
b) Em II, a ausência de crase está errada, pois é obrigatória.
c) Em I, com emprego da crase, entende-se que o sujeito tem o aroma de flor.
d) Em II, com a ausência da crase, entende-se que o sujeito tem o aroma de flor.

6) Os advérbios constituem uma classe gramatical que indica a circunstância na qual a forma verbal foi realizada, ou seja, pode indicar modo, lugar, intensidade, etc. Nesse sentido, assinalar a alternativa em que se tem um advérbio de tempo:

- a) Gosto de refrigerante, mas prefiro água.
b) A palestra de ontem nos motivou.
c) Não fale mais com elas!
d) Tenha mais tempo para os estudos!

7) “Em boca fechada não entra mosca.” (ditado popular)

Sobre a estruturação desse pensamento, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) A oração está na ordem direta e o sujeito é “mosca”.
b) A oração está na ordem direta e o sujeito é “boca fechada”.
c) A oração está na ordem inversa e o sujeito é “mosca”.
d) A oração está na ordem inversa e o sujeito é “boca fechada”.

8) Assinalar a alternativa que apresenta derivação sufixal:

- a) Folhagem.
b) Ambidestro.
c) Desumano.
d) Intravenoso.

9) Assinalar a alternativa que apresenta apenas um objeto indireto:

- a) Leu o livro de poesias.
b) Ela anotou o recado.
c) Concordaram com a opinião pública.
d) Ele cortou o cabelo.

10) A respeito dos modos verbais, numerar a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- (1) O modo indicativo expressa certeza.
(2) O modo subjuntivo expressa hipótese.

- () Se esse móvel coubesse no quarto, eu compraria.
() Quando vocês puserem as chaves no lugar certo, encontrarão facilmente.
() Eu requeiro a abertura de matrícula na minha graduação.

- a) 1 - 1 - 2.
b) 1 - 2 - 1.
c) 2 - 1 - 2.
d) 2 - 2 - 1.

LEGISLAÇÃO | 15 QUESTÕES

11) Considerando-se o disposto na Constituição Federal sobre as competências da União, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Declarar a guerra e celebrar a paz.
() Administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada.
() Evitar a exploração dos serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e proibir monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições.

- a) C - C - E.
b) E - C - C.
c) C - E - E.
d) E - C - E.

12) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- a) De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
b) De dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
c) Do Promotor de Justiça.
d) Do Ministro da Fazenda.

13) Considerando-se os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais presentes na Constituição Federal, assinalar a alternativa INCORRETA:

- a) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- b) Participação nos lucros, ou resultados, vinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- c) Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- d) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

14) A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Considerando-se a Lei nº 13.146/2015 — Estatuto da Pessoa com Deficiência, analisar os itens abaixo:

- I. O valor do ingresso da pessoa com deficiência poderá ser superior ao valor cobrado das demais pessoas.
- II. As salas de cinema devem oferecer, em todas as sessões, recursos de acessibilidade para a pessoa com deficiência.
- III. É vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente os itens I e II.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens.

15) O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) foi instituído como forma de organização e de articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no País, prestados pelo Poder Público federal. Nos termos da Lei nº 12.288/2010 — Estatuto da Igualdade Racial, em relação à participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no Sinapir, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) É vedada a participação desses entes no Sinapir.
- b) Esses entes poderão participar do Sinapir mediante adesão.
- c) Somente os Estados poderão aderir ao Sinapir.
- d) A participação desses entes no Sinapir é obrigatória.

16) A violência contra a mulher exige medidas rápidas e incisivas. Nos termos da Lei nº 11.340/2006 — Lei Maria da Penha, verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar em Município que não é sede de comarca, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida pelo:

- a) Membro do Ministério Público.
- b) Comandante da Polícia Militar.
- c) Delegado de Polícia.
- d) Defensor Público.

17) O princípio da fragmentariedade estabelece que o Direito Penal somente deve intervir nas infrações mais graves, como diversas condutas que têm idosos como vítimas. Nos termos da Lei nº 10.741/2003 — Estatuto da Pessoa Idosa, sobre os crimes nele previstos, analisar os itens abaixo:

- I. O processo de todos os crimes ali previstos deve ser realizado nos Juizados Especiais Criminais.
- II. Os crimes ali previstos são todos de ação penal pública incondicionada.
- III. Coagir, de qualquer modo, a pessoa idosa a outorgar procuração é crime punido com reclusão.
- IV. Abandonar a pessoa idosa em hospital é crime punido com detenção.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens I, III e IV.
- d) Somente os itens II, III e IV.

18) Os procedimentos previstos na Lei nº 12.527/2011 — Lei de Acesso à Informação destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da Administração Pública, com as seguintes diretrizes:

- I. Observância da economia como preceito geral e do sigilo como preferência.
- II. Utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.
- III. Desestímulo ao desenvolvimento da cultura de transparência na Administração Pública.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item II.
- c) Somente os itens I e III.
- d) Somente os itens II e III.

19) Considerando-se o disposto na Lei nº 8.429/1992 — Improbidade Administrativa, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE:

Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de _____ dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

- a) indisponibilidade de bens
- b) disponibilidade de recursos
- c) desocupação de bens
- d) flexibilidade de propriedades

20) A Lei nº 8.069/1990 — Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação de alguns direitos. A garantia de prioridade compreende:

- a) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- b) Primazia de receber proteção e socorro diante de circunstâncias graves, salvo força maior.
- c) Precedência de atendimento nos serviços privados e públicos.
- d) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância, mas não da juventude.

21) De acordo com a Lei Orgânica do Município, é da competência exclusiva do Prefeito a iniciativa das Leis que:

- I. Disponham sobre matéria financeira.
- II. Criem cargos, empregos e respectivas funções públicas no âmbito do Poder Executivo.
- III. Fixem ou aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores públicos.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens.

22) Considerando-se a Lei Orgânica do Município, assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE:

O ensino oficial do Município será gratuito em todos os graus e atuará prioritariamente no ensino _____ e _____.

- a) superior | médio
- b) médio | pré-escolar
- c) fundamental | pré-escolar
- d) médio | fundamental

23) De acordo com a Lei Municipal nº 294/2002 — Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, analisar os itens abaixo:

- I. Vencimento é a retribuição paga ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao valor fixado em lei.
- II. Remuneração é o vencimento acrescido das vantagens permanentes e temporárias, estabelecidas em lei.

- a) Os itens I e II estão corretos.
- b) Somente o item I está correto.
- c) Somente o item II está correto.
- d) Os itens I e II estão incorretos.

24) Conforme a Lei Municipal nº 294/2002 — Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, os adicionais de periculosidade e de penosidade serão, respectivamente, de:

- a) 40% e 30%.
- b) 30% e 20%.
- c) 20% e 25%.
- d) 15% e 30%.

25) Considerando-se a Lei Municipal nº 294/2002 — Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, sobre a seguridade social do servidor, analisar a sentença abaixo:

O Município deverá garantir aos seus servidores ocupantes de cargos efetivos e precários o Plano de Seguridade Social (1ª parte). O Plano de Seguridade Social será por sistema contributivo, ou sistema contributivo parcial, na forma prevista em legislação específica (2ª parte).

A sentença está:

- a) Totalmente correta.
- b) Correta somente em sua 1ª parte.
- c) Correta somente em sua 2ª parte.
- d) Totalmente incorreta.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS | 15 QUESTÕES

26) Em uma cidade no interior, há uma área residencial localizada à margem de um lago que tem a finalidade de abastecer com água potável a população local. Os moradores da casa, por estarem distantes do ponto de coleta de lixo, a fim de evitar bichos e odores, depositam seu lixo diariamente no referido lago, de forma que o lixo é levado pela corrente causada pelo vento. Com o passar do tempo, o lago começou a se tornar poluído, gerando diversos prejuízos para a população. A fim de resolver o problema, o governo municipal decide intervir na propriedade privada, regulamentando o controle de poluição do lago e estipulando multa para cada descumprimento, mesmo que os moradores não tenham acesso ao depósito de lixo, o que os afeta diretamente, uma vez que continuaram sem um local adequado para fazer o descarte. Frente ao exposto, qual dos seguintes princípios do Direito Administrativo justifica a intervenção do Estado na propriedade privada, quando há interesse público?

- a) Propriedade Absoluta.
- b) Autonomia Privada.
- c) Isonomia.
- d) Supremacia do Interesse Público.

27) Um motorista de caminhão de uma Prefeitura Municipal, após sofrer um acidente que lhe ocasionou deficiência visual parcial, passou a exercer a função de auxiliar de garagem, na mesma Prefeitura. A investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica, é, habitualmente, denominada:

- a) Nomeação.
- b) Readaptação.
- c) Adaptação.
- d) Reversão.

28) Nos termos do Decreto-Lei nº 4.657/1942 — Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive, no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, atendidos os requisitos legais, celebrar compromisso com os interessados. Sobre as características desse compromisso, analisar os itens abaixo:

- I. O compromisso buscará solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais.
- II. O compromisso poderá envolver transação quanto a sanções e créditos relativos ao passado e, ainda, o estabelecimento de regime de transição.
- III. O compromisso não poderá conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral.
- IV. O compromisso deverá prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens I, III e IV.
- d) Somente os itens II, III e IV.

29) Fulano ajuizou três demandas em face do Município X. O Procurador Municipal verificou que havia identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma demanda, por ser mais amplo, abrange o das demais. Verifica-se, nesse caso, o instituto da:

- a) Conexão.
- b) Preclusão.
- c) Sucumbência.
- d) Continência.

30) De acordo com a Lei 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, no caso de a gestão associada originar a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, o contrato de programa, sob pena de nulidade, deverá conter as seguintes cláusulas, EXCETO:

- a) Atribuição ao contratado o exercício dos poderes de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços por ele próprio prestados.
- b) Encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu.
- c) Penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos.
- d) O momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade.

31) Certa pessoa moveu uma ação contra uma empresa de telefonia, alegando que o serviço contratado não atendeu às velocidades prometidas no contrato. Após várias reclamações sem sucesso, o problema não foi solucionado, e o serviço foi devidamente cancelado. Ao analisar a petição inicial, o juiz identificou um pedido excessivamente alto, bem como a prescrição, motivo pelo qual indeferiu a liminar com resolução de mérito. Frente ao exposto, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) O pedido deve ser julgado sem resolução de mérito, por estar prescrito.
- b) Há hipótese na qual o pedido é manifestamente improcedente, de forma que é possível sentenciar com julgamento do mérito de forma liminar, já no recebimento da inicial.
- c) Em hipótese alguma se pode sentenciar com julgamento de mérito liminarmente.
- d) Não há hipóteses nas quais o pedido é manifestamente improcedente, de forma que o juiz deveria rejeitar a liminar e solicitar a audiência de conciliação/mediação.

32) O Município X foi fortemente atingido pelas enchentes que acometeram o Estado A, no qual está inserido. Em resposta, o Prefeito Municipal decide propor um projeto de lei à Câmara Municipal, o qual versa sobre a aplicação de multas por poluição do meio ambiente, decorrente da emissão de fumaça por veículos automotores no perímetro urbano, a fim de evitar novas tragédias climáticas. Antes de encaminhar o projeto à Câmara Municipal, o Prefeito consulta um Procurador Municipal, o qual, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, deverá responder que o referido projeto é:

- a) Constitucional, pois a Constituição Federal prevê expressamente a competência dos Municípios para legislar sobre controle da poluição.
- b) Constitucional, pois a matéria se insere no interesse local do Município, o qual também pode complementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- c) Inconstitucional, pois é competência privativa da União proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- d) Inconstitucional, pois a expressão “interesse local” diz respeito a interesse exclusivo do Município, e o problema climático não é exclusivo do Município X.

33) Segundo a Constituição Federal, sobre a Organização dos Poderes, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () É competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- () É competência privativa da Câmara dos Deputados a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

- a) C - C.
- b) E - C.
- c) C - E.
- d) E - E.

34) A solidariedade não se presume, sempre resultando da lei ou da vontade das partes. Nos termos da Lei nº 8.078/1990 — Código de Defesa do Consumidor, são sociedades solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes da referida legislação:

- I. Sociedades controladas.
- II. Sociedades consorciadas.
- III. Sociedades integrantes dos grupos societários.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item II.
- c) Somente os itens I e III.
- d) Todos os itens.

35) De acordo com a Lei nº 8.213/1991, sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, será excluído definitivamente da condição de dependente do segurado quem tiver sido condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados:

- a) Os absolutamente incapazes menores de 16 anos.
- b) Os relativamente incapazes e os inimputáveis.
- c) Os relativamente incapazes menores de 16 anos.
- d) Os absolutamente incapazes e os inimputáveis.

36) As recentes alterações legislativas no âmbito do Direito Processual Penal, como as que retiraram do juiz a iniciativa na inquirição de testemunhas ou as que vedaram a decretação de ofício da prisão preventiva, isto é, estabelecendo uma clara distinção entre as atividades de acusar e julgar, representam iniciativas que buscam reforçar um Processo Penal de natureza:

- a) Canônica.
- b) Abolicionista.
- c) Acusatória.
- d) Inquisitória.

37) Fulano, então com 17 anos e 11 meses de idade, desferiu seis tiros em Beltrano. Beltrano foi resgatado com vida por seus familiares, mas veio a falecer, após 4 meses internado no hospital, em decorrência exclusiva dos ferimentos causados por Fulano. Fulano, agora maior de 18 anos, será considerado inimputável, pois o Código Penal adota, quanto ao tempo do crime, a teoria da:

- a) Ação ou atividade.
- b) Ubiquidade.
- c) Extraterritorialidade.
- d) Defesa real.

38) A Lei nº 14.133/2021 — Lei de Licitações e Contratos Administrativos trata sobre os processos licitatórios. Quanto aos objetivos do processo licitatório previstos expressamente na referida Lei, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação menos vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do produto.
- b) Priorizar as empresas que estejam no início de suas atividades, incentivando-se, assim, o empreendedorismo.
- c) Proibir contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos e das atividades.
- d) Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

39) A Lei nº 8.137/1990 trata sobre os crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo. Assim sendo, quanto aos crimes praticados por particulares, analisar os itens abaixo:

- I. Omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.
- II. Fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo.
- III. Deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens.

40) Considerando-se as previsões da Lei Complementar nº 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal, acerca da renúncia de receita, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita não precisará estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.
- b) Facultativamente poderá ser apresentada uma demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, na forma das previsões legais, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) Deverá estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado na Lei, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- d) As previsões de renúncia de receita se aplicam mesmo quanto ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.